

Handwritten signature and initials in the top right corner.

**ESTATUTOS**  
**DA**  
**ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS SALESIANOS DO ESTORIL**

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

**Artigo 1º**

A Associação dos Antigos Alunos Salesianos do Estoril, adiante referenciada por "Associação", é uma instituição particular de solidariedade social com sede no Centro D. Bosco, sito na Rua D. Bosco número 1381, na união de freguesias Cascais/Estoril, 2765-131 Estoril, Concelho de Cascais.

**Artigo 2º**

A Associação, que não tem fins lucrativos, exerce a sua actividade motivada pelo sentimento de afecto e devoção fraterna que liga toda a família Salesiana, pela exigência de conservar e desenvolver os ensinamentos da escola de D. Bosco e ainda pela intenção de difundir pela acção o espírito salesiano.

**Artigo 3º**

O seu âmbito de acção é nacional, focado no Concelho de Cascais.

**Artigo 4º**

A Associação poderá criar delegações ou outras formas de representação sempre que julgue necessário à consecução dos seus objectivos.

**Artigo 5º**

A Associação tem os seguintes Fins Principais:

- a) Prestar apoio à infância e juventude cooperando com as famílias no desenvolvimento integral das crianças e dos jovens;
- b) Promover actividades de apoio à família;
- c) Promover actividades de apoio social à terceira idade e de assistência aos associados em situação de invalidez ou de carência de meios de subsistência;

## **Artigo 6º**

A Associação tem os seguintes Fins Secundários:

- a) Promover a protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- b) Promover a educação e a formação profissional dos cidadãos.
- c) Desenvolver actividades instrumentais compatíveis com os Fins Principais consagrados no artigo 5º e que contribuam para o financiamento da concretização daqueles fins.

## **Artigo 7º**

Para a realização dos seus fins a Associação propõe-se desenvolver as seguintes actividades:

- a) Uma Creche / Jardim-de-infância;
- b) Actividades de Tempos-livres;
- c) Lar de Idosos;
- d) Centro de Dia;
- e) Apoio Domiciliário.

A Associação pode prosseguir as seguintes actividades secundárias e instrumentais:

- a) Posto Médico;
- b) Formação Profissional;
- c) Espaço Saúde e Venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica;
- d) Actividades socioculturais;
- e) Actividades desportivas;
- f) Outras actividades instrumentais compatíveis com os fins principais consagrados no artigo 5º, cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

## **Artigo 8º**

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de regulamentos internos elaborados pelo órgão de Administração.

## **Artigo 9º**

1. Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou pagos em função dos rendimentos e situação económico-financeira dos clientes, apuramento a que se deverá sempre proceder com base em evidências a apresentar de acordo com as indicações da Administração.
2. As tabelas de comparticipação dos clientes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis, com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes e respectivos regulamentos de funcionamento interno.

## **CAPÍTULO II**

### **PRINCÍPIOS ASSOCIATIVOS**

#### **Artigo 10º**

A Associação orientará sempre a sua acção para objectivos de solidariedade social entre os seus associados, apenas obedecendo aos princípios que informam a doutrina da obra de D. Bosco e sendo-lhe vedadas actividades de natureza política.

#### **Artigo 11º**

Toda a orgânica e vida interna da Associação serão enformadas pelos princípios da democracia associativa, constituindo o seu exercício direito e dever de todos os associados.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS ASSOCIADOS**


#### **Artigo 12º**

Têm direito a filiar-se na Associação todos os indivíduos que sejam antigos alunos dos Salesianos do Estoril, da Associação ou de qualquer outra Instituição Salesiana de ensino, do Concelho de Cascais.

#### **Artigo 13º**

1. A Associação integra quatro categorias de associados: Honorários, Beneméritos, Efectivos e Estudantes.
2. Associados Honorários serão aqueles que por inequívocos e relevantes serviços prestados à obra da instituição justifiquem tal distinção.
3. Associados Beneméritos serão aqueles que pelas suas dádivas contribuíram para a ampliação material das possibilidades de actuação da associação.
4. Associados Efectivos serão todos os que satisfazendo a condição prevista no artigo 12º destes estatutos forem efectivamente admitidos.
5. Associados Estudantes serão aqueles que satisfaçam as mesmas condições dos efectivos e que por se encontrarem ainda a estudar estarão isentos do pagamento de quota por um período máximo de cinco anos, potencialmente prorrogado pela Administração, mediante demonstração.



- 
6. Os associados Efectivos e Estudantes são admitidos pela Administração.
  7. A atribuição das qualidades de associado Honorário e Benemérito será decidida em Assembleia Geral por proposta da Administração.

### **Artigo 14º**

1. Todos aqueles que se identifiquem com o espírito salesiano que enforma a instituição e aceitem os presentes estatutos, são aceites na Associação na qualidade de Simpatizantes
2. Os Simpatizantes têm os mesmos direitos e os mesmos deveres dos associados, excepto participar e votar nas assembleias gerais e eleger e ser eleitos para os órgãos sociais. Assim, aplicam-se-lhes, com as devidas adaptações, as normas seguintes referentes aos associados.
3. Os Simpatizantes são admitidos ou demitidos pela Administração.

### **Artigo 15º**

1. O valor das quotas será determinado por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta da Administração.
2. No acto de admissão poderá haver lugar a pagamento de jóia, fixada também em Assembleia Geral.
3. Estão isentos do pagamento de quotas os associados Honorários e Beneméritos, bem assim como os associados que, por motivo de doença ou outro aceite pela Administração, o não possam fazer mantendo a qualidade de associado, com todos os direitos e obrigações, salvo os que respeitam ao exercício de cargos sociais.

### **Artigo 16º**

A qualidade de associado ou de simpatizante prova-se pelo registo na base de dados informatizada que a Associação obrigatoriamente possuirá.

### **Artigo 17º**

São direitos dos associados:

- a) Participar na vida da Associação e usufruir das vantagens e benefícios que esta proporciona.
- b) Participar nas Assembleias Gerais, requerendo, apresentando, discutindo e votando as moções e propostas que entenderem convenientes.
- c) Os associados Estudantes têm direito a participar e beneficiar da acção da associação excepto eleger e/ou serem eleitos para órgãos sociais.



## **Artigo 18º**

São deveres dos associados e dos simpatizantes:

- a) Contribuir e participar nas actividades da Associação;
- b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações e decisões da Assembleia Geral e dos órgãos sociais tomadas democraticamente e de acordo com os estatutos e regulamentos internos;
- c) Agir solidariamente, em todas as circunstâncias, na defesa dos interesses da Associação;
- d) Comunicar no prazo de 30 dias a mudança de residência e de contactos;
- e) Para além do enunciado nas alíneas anteriores, é ainda dever dos associados Efectivos e dos Simpatizantes: pagar pontualmente as suas quotas, conforme o prazo e o valor fixados pela Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISCIPLINA ASSOCIATIVA**

## **Artigo 19º**

- 1. Os associados que violarem os deveres estabelecidos no artigo 18º ficam sujeitos às seguintes sanções:
  - a) Repreensão;
  - b) Suspensão de direitos até 180 dias;
  - c) Demissão.
- 2. São demitidos os associados que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a Associação.
- 3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do número 1 são de competência da Administração.
- 4. A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Administração.
- 5. Nenhuma sanção será aplicada sem que ao associado sejam dadas todas as possibilidades de defesa em processo disciplinar.
- 6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

V. J. L.

### **Artigo 20º**

Das decisões da Administração em matéria disciplinar cabe recurso para a Assembleia Geral que decidirá em última instância.

### **Artigo 21º**

A qualidade de associado não é transmissível quer por acto entre vivos, quer por sucessão.

### **Artigo 22º**

1. Perdem a qualidade de associado:
  - a) Os que pedirem a sua exoneração;
  - b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses;
  - c) Os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 19º.
2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se suspenso o associado que tendo sido notificado pela Administração para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de 90 dias.

### **Artigo 23º**

O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Artigo 24º**

São órgãos da Associação, a Assembleia Geral, a Administração e o Órgão de Fiscalização.




**SECÇÃO I**  
**DA ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

**Artigo 25º**

1. Os membros dos órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.
2. São elegíveis para os órgãos sociais os associados que cumpram simultaneamente as seguintes condições:
  - a) Preencham as condições previstas no artigo 12º;
  - b) Sejam associados há mais de cinco anos;
  - c) Sejam maiores;
  - d) Tenham as quotas em dia e pagas para o ano em que se realizam as eleições;
  - e) Se forem funcionários da Associação, apenas poderão ser eleitos exclusivamente para o cargo de secretário da Assembleia Geral, num máximo de dois.
  - f) Não estejam suspensos.

**Artigo 26º**

1. A Administração da Associação anunciará, até ao fim do mês de Julho do ano em que terminar o mandato dos órgãos sociais em exercício, que nesse mesmo ano haverá eleições para os corpos sociais da Associação, apelando à apresentação de listas.
2. Será constituída uma Comissão Eleitoral, formada por:
  - a) Presidente da Mesa da Assembleia Geral que presidirá e disporá de voto de qualidade. Em caso de impedimento, será substituído pelo Presidente do Órgão de Fiscalização;
  - b) Presidente do Órgão de Fiscalização. Em caso de impedimento ou se actuar como presidente da Comissão Eleitoral, será substituído pelo anterior presidente do Órgão de Fiscalização em exercício;
  - c) Um dos vogais do Órgão de Fiscalização em exercício;
  - d) A Comissão Eleitoral será secretariada por um elemento designado pela Administração, sem direito a voto.
3. Compete à Comissão Eleitoral fiscalizar o processo eleitoral, desde a recepção das listas à contagem dos votos, resolvendo todas os problemas que possam surgir e, nomeadamente, organizando o processo de votação e verificando a legitimidade dos nomes propostos nas listas.
4. A Comissão Eleitoral ficará em funções desde a data limite de recepção das listas até à eleição definitiva dos novos órgãos sociais, altura em que se extinguirá.

- 
5. As datas-limite e restantes detalhes do processo eleitoral serão estabelecidos em regulamento eleitoral.

## **SECÇÃO II**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 27º**

1. O exercício de qualquer cargo nos órgãos sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.
2. Caso se verifique a necessidade, devidamente justificada pela Administração, de algum membro prestar serviços especializados na Associação, a Assembleia Geral pode, a título excepcional e por período previamente determinado, deliberar a atribuição de uma retribuição compensatória, nas condições previstas na lei.

#### **Artigo 28º**

1. A duração do mandato dos órgãos sociais é de quatro anos devendo proceder-se à sua eleição até ao dia 15 do Mês de Outubro do último ano de cada mandato.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, a qual deverá ter lugar até ao 15º dia posterior ao da eleição.
3. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos órgãos sociais.

#### **Artigo 29º**

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições para o órgão em questão no prazo máximo de um mês e respectiva posse nos quinze dias seguintes à eleição.
2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

#### **Artigo 30º**

1. O presidente da Administração só pode ser eleito consecutivamente para o cargo para três mandatos.
2. Não é permitido aos membros dos órgãos sociais o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação.



*[Handwritten signature and initials]*

### **Artigo 31º**

1. Os órgãos sociais são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos dos titulares presentes, excepto nos casos previstos na Lei e referidos no artigo 42º, tendo o presidente voto de qualidade.
3. As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

### **Artigo 32º**

Os membros dos órgãos sociais não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

1. Os membros dos órgãos sociais não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar para esta manifesto benefício e obtiver parecer positivo prévio por parte do Órgão de Fiscalização.
2. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respectivo corpo social.

### **Artigo 33º**

1. Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia Geral em caso de impossibilidade de comparência, mediante carta dirigida ao presidente da Mesa, acompanhada de cópia do documento de identificação, sendo que cada associado não poderá representar mais de um associado.
2. O sentido do voto deve ser expressamente indicado em relação aos pontos da ordem de trabalhos a que se refere.

### **Artigo 34º**

Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva Mesa.

**SECÇÃO III**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 35º**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados admitidos há pelo menos um ano, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa, que se compõe de um presidente, obrigatoriamente antigo aluno dos Salesianos do Estoril - Escola ou da Associação, um vice-presidente e três secretários.

**Artigo 36º**

Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, preferencialmente entre os mais antigos, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

**Artigo 37º**

Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e designadamente:


- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recursos nos termos legais, após a extinção da Comissão Eleitoral;
- b) Conferir posse aos membros dos órgãos sociais eleitos.

**Artigo 38º**

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir e aprovar as linhas fundamentais de actuação da Associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros dos órgãos sociais;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório de gestão;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- f) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respectivos bens;



- 
- g) Autorizar a Associação a demandar os membros dos órgãos sociais por actos praticados no exercício das suas funções;
  - h) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações.

### **Artigo 39º**

- 1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
- 2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
  - a) No final de cada mandato, até ao mês de Dezembro para a eleição dos órgãos sociais;
  - b) Até 31 de Março de cada ano para discussão e aprovação do relatório de gestão do ano anterior, bem como o parecer do Órgão de Fiscalização;
  - c) Até 30 de Novembro de cada ano, para a apreciação e votação do programa de acção e orçamento para o ano seguinte e do parecer do Órgão de Fiscalização.
- 3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Administração ou do Órgão de Fiscalização ou a requerimento de, pelo menos, 10% dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

### **Artigo 40º**

- 1. A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, 15 dias de antecedência pelo presidente da Mesa, ou seu substituto, nos termos do número seguinte.
- 2. A convocatória é afixada na sede e enviada aos associados por correio electrónico ou, na sua impossibilidade, por via postal, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.
- 3. É também dada publicidade à realização das assembleias gerais no sítio institucional da Associação e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações, bem como através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação no Concelho de Cascais.
- 4. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de 15 dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de recepção do pedido ou requerimento.

### **Artigo 41º**

- 1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou meia hora depois com qualquer número de presentes.
- 2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.



## **Artigo 42º**

1. Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral, são tomadas por maioria simples dos votos, não se contando as abstenções.
2. As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f), g) e h) do artigo 38º só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos dois terços dos votos expressos.
3. No caso da alínea e) do artigo 38º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de associados igual ao dobro dos membros dos órgãos sociais se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

## **SECÇÃO IV**


### **DA ADMINISTRAÇÃO**

## **Artigo 43º**

1. A Administração da Associação é constituída por cinco membros, dos quais um presidente, um vice-presidente, um administrador financeiro e dois vogais. O presidente, o vice-presidente e o administrador financeiro, serão, obrigatoriamente, antigos alunos da Escola Salesiana do Estoril ou da Associação.
2. Haverá simultaneamente no mínimo três suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas.
3. Sempre que surja uma vaga na Administração, os restantes membros efectivos, conjuntamente com os suplentes, cooptarão pelo suplente que se tornará efectivo.
4. No caso de vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo vice-presidente da Administração.

## **Artigo 44º**

1. A Administração será assessorada por um sacerdote ou diácono salesiano, nomeado pelos Salesianos do Estoril, a seguir designado como delegado salesiano.
2. A designação do delegado salesiano será sujeita à respectiva aceitação por parte da Administração da Associação.
3. O delegado salesiano terá como funções:
  - a) Garantir a fidelidade da Associação ao espírito de D. Bosco;
  - b) Estabelecer a ligação com a comunidade salesiana e, em particular, com a Escola do Estoril;
  - c) Orientar as actividades pastorais da Associação e dar formação religiosa e catequética.

- 
4. O delegado salesiano poderá participar, sempre que o desejar, nas reuniões da Administração e nas assembleias gerais, embora sem direito a voto.

### **Artigo 45º**

Compete à Administração administrar a Associação e representá-la incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir o efectivo cumprimento dos direitos dos associados;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao Órgão de Fiscalização o relatório de gestão, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- e) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação;
- g) Admitir e rejeitar os pedidos de inscrição de associados e de simpatizantes;
- h) Elaborar os regulamentos internos, necessários à boa organização dos serviços.

### **Artigo 46º**

Compete ao presidente da Administração:

- a) Superintender na administração da Associação, orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Administração, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da Administração;
- d) Assegurar a gestão corrente da Associação;
- e) Despachar assuntos de carácter não corrente, mas que careçam de solução urgente, sujeitando à confirmação da Administração na primeira reunião seguinte;
- f) Delegar a resolução de determinados assuntos noutros membros da Administração;
- g) Representar a Associação em juízo e fora dele;

### **Artigo 47º**

1. Em caso de impedimento previsto ou efectivo do presidente por período igual ou superior a trinta dias, este será substituído interinamente pelo vice-presidente, que assumirá todas as funções que lhe são inerentes, enquanto durar o impedimento.
2. O início e o fim de substituição previstos no número anterior serão decididos em reuniões extraordinárias da Administração, para o efeito convocadas pelo vice-presidente, ficando registadas nas respectivas actas.
3. As decisões referidas no número anterior serão também noticiadas no sítio institucional da Associação e comunicadas aos presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Órgão de Fiscalização.

### **Artigo 48º**

1. A Administração reunirá ordinariamente sempre que achar conveniente por convocação do presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês.
2. A Administração poderá realizar reuniões "on-line", desde que todos os membros sejam convocados e na condição de se realizar pelo menos uma reunião presencial por mês.

### **Artigo 49º**

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Administração, ou as assinaturas conjuntas do presidente e do administrador financeiro.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas de dois dos seguintes membros da Administração: presidente, vice-presidente ou administrador financeiro.
3. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Administração.

## **SECÇÃO V**

### **DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO**

### **Artigo 50º**

1. O Órgão de Fiscalização é composto por três membros, dos quais um presidente e dois vogais, sendo que o presidente e o primeiro vogal serão obrigatoriamente antigos alunos da Escola Salesiana do Estoril ou da Associação.
2. Haverá simultaneamente pelo menos um ou até igual número de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.



3. No caso de vacatura de cargo de presidente do Órgão de Fiscalização, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente.

### **Artigo 51º**

Compete ao Órgão de Fiscalização zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição sempre que o julgar conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar nas reuniões da Administração, quando convidados pelo respectivo presidente;
- c) Dar parecer sobre o relatório de gestão, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que a Administração submeter à sua apreciação.

### **Artigo 52º**

O Órgão de Fiscalização reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre.

## **CAPÍTULO VI**

### **FUNDOS SOCIAIS E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS**

### **Artigo 53º**

São receitas da Associação:

- a) O produto das jóias e quotas dos associados;
- b) Os rendimentos de bens próprios;
- c) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- d) As participações dos clientes;
- e) Os subsídios de Estado ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) As receitas com o aluguer das instalações e acções de formação;
- h) Outras receitas.

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

## Artigo 54º

Os presentes estatutos só podem ser alterados pela Assembleia Geral, a convocar nos termos gerais.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

## Artigo 55º

No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral eleger uma comissão liquidatária e deliberar sobre o destino dos bens, os quais serão atribuídos a uma outra Associação de Antigos Alunos Salesianos, que prossiga objectivos de solidariedade social.

## Artigo 56º

A resolução dos casos não previstos e das dúvidas suscitadas será da competência da Assembleia Geral de acordo com a legislação em vigor.

Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 4 de Julho de 2015.

Com alteração do Artigo 12º e da alínea b) do nº 2 do Artigo 25º, em Assembleia Geral de 31 de Março de 2018.

*Handwritten signature of the President of the General Assembly.*

(O Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

*Handwritten signature of the Vice-President of the General Assembly.*

(O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

*Handwritten signature of the Secretary of the General Assembly.*

(O Secretário da Mesa da Assembleia Geral)